

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissões
- 2 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 4 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/4/2018

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 5.085, 5.088 e 5.089/2018; Requerimentos nºs 10.640 a 10.643/2018; Requerimentos Ordinários nºs 3.211 a 3.218/2018 – Registro de Presença – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Gustavo Valadares, João Leite e Sargento Rodrigues; Questão de Ordem – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Celise Laviola – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Missionário Marcio Santiago – Noraldino Júnior – Nozinho – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Arlen Santiago, 3º-secretário, nas funções de 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.085/2018

Institui a realização de campanha de conscientização sobre os riscos da nomofobia pelos órgãos de saúde do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída, no âmbito da rede estadual de saúde, a Campanha sobre os Riscos da Nomofobia (fobia da ausência de comunicação).

Art. 2º – A Campanha instituída no art. 1º constará do calendário permanente de campanhas da Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais.

Art. 3º – Participarão da campanha os hospitais, ambulatórios e postos de assistência médica da rede pública estadual, os quais prestarão informações sobre os riscos de infecção e doenças devido à prática desse tipo de intervenção corporal.

Art. 4º – As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de abril de 2018.

Deputado Doutor Jean Freire, Vice-Líder do Bloco Minas Melhor e Presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

Justificação: Quando se fala em vício, logo pensamos em drogas, cigarro, álcool, etc. E quem um dia poderia imaginar que o fato de não poder estar todo o tempo conectado resultaria em um tipo de transtorno? Alguns podem responder que era óbvio, mas agora, é uma realidade.

Nomofobia... se trata de fobia ou sensação de angústia que surge quando alguém se sente impossibilitado de se comunicar ou se vê incontactável estando em algum lugar. É um termo muito recente, que se origina do inglês: *No-Mo* ou *No-Mobile* que significa "sem celular". A fobia causada pela perda de comunicação parece ser mais uma das contribuições do século XXI para o nosso *stress* cotidiano. Entretanto, pode-se – e deve-se – ampliar essa dependência para todo e qualquer tipo de tecnologia.

No ano de 2015 foi realizado um estudo com cerca de mil pessoas no Reino Unido, país onde a palavra “nomofobia” surgiu em 2008, que revelou que 66% delas se dizem “muito angustiados” com a ideia de perder seu celular.

Em outra pesquisa, desta vez com jovens nos EUA, constatou-se que a dependência de celulares, computadores e tudo que esteja relacionado com tecnologia pode ser considerada semelhante ao vício em drogas.

Segundo a pesquisa, 79% dos estudantes avaliados apresentaram desde desconforto até confusão e isolamento com a restrição ao uso de eletrônicos. Outro sintoma relatado foi o de coceira, uma sensação parecida com a de dependentes de drogas que lutam contra o vício. Alguns estudantes relataram, ainda, estresse, simplesmente por não poderem tocar no telefone. Pela primeira vez, vício na rede foi comparado com o abuso de outras coisas, como drogas e álcool.

Não é nenhum exagero afirmar também que o uso da tecnologia está interferindo com a vida cotidiana e a aprendizagem dos estudantes. É uma geração que aprende a se comunicar *on-line* desde cedo e tem acesso a diferentes meios de informação. Habilidades estão sendo construídas.

O imediatismo da internet, a eficiência dos aparelhos eletrônicos e o anonimato das interações em *chat* tornaram-se ferramentas poderosas para a comunicação e até mesmos para os relacionamentos. Dessa forma, existe uma clara necessidade de integração eficiente das áreas de educação e tecnologia.

Estamos diante de um novo século, com novo formato de receber e transmitir informação. Sendo assim, o medo de ficar incontactável às vezes até prejudica a vida pessoal e profissional das pessoas. A dependência do computador, da Internet, é crescente e, apesar de serem vícios socialmente aceitos, são igualmente nocivos pois alteram o comportamento das pessoas. Alguns especialistas acreditam que o uso excessivo das chamadas novas tecnologias tornam as pessoas mais impacientes, impulsivas e esquecidas. Realmente é indiscutível a polêmica que existe acerca dos problemas que resultam desse processo tecnológico.

Saber até que ponto a vida *on-line* atrapalha a vida *off-line*, não é uma tarefa complicada. Não é difícil encontrarmos pessoas que se comunicam mais através das redes sociais do que pessoalmente e muitas vezes até preferem contatos virtuais.

Algumas pessoas ficam angustiadas quando não podem ser alcançadas, mesmo que seja pelos novos meios de comunicação. Não se trata apenas de enviar e receber mensagens, mas sim sugere uma total transformação na maneira pela qual as pessoas se comunicam. Enquanto isso, outros atualizam incontáveis vezes, diariamente, as redes sociais, qualquer que seja a hora ou o lugar onde estejam. E assim, a exposição à tecnologia pode estar lentamente remodelando nossa vida.

Estamos em uma sociedade na qual uma parte da população, se não estiver conectada pode desenvolver formas de ansiedade ou nervosismo. Segundo especialistas, o uso constante dos *smartphones* e das redes sociais gera uma grande vontade de estar sempre inteirado sobre tudo o que está acontecendo. O usuário acaba ficando nervoso e impaciente, podendo desenvolver problemas cardíacos.

É importante percebermos os aparelhos eletrônicos como instrumentos facilitadores e o problema não está neles, e sim no mau uso que deles podemos fazer. Além disso, a Internet é um meio de comunicação fascinante. É importante utilizá-la de maneira saudável, para promover o aprendizado, estabelecer boas relações e se comunicar. É fundamental manter um limite, afinal você é quem deve manter total controle sobre sua vida, e não é um determinado *site* ou aplicativo que vão determinar o seu comportamento.

Se por um lado a modernidade interliga pessoas a quilômetros de distância, também pode levar ao isolamento do mundo do “ponto com, ponto br”. Se isso estiver ocorrendo, o importante é procurar a ajuda, e o poder público deve ser o primeiro a trabalhar pelo bem-estar da população.

Por isso é fundamental que as pessoas saibam a forma e o modo como tais modismos operam e quais as consequências de sua prática. Conhecendo o formato dessas atitudes, o poder público pode coibir práticas que afetarão, certamente, a paz social.

Portanto, evidenciada a necessidade e o interesse público da presente proposição, peço o apoio à sua aprovação aos nobres integrantes deste Parlamento.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.088/2018

Declara de utilidade pública o Projeto Segunda Chance, com sede no Município de Ritópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública o Projeto Segunda Chance, com sede no Município de Ritópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2018.

Deputado Léo Portela (PR), Vice-Presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas, Vice-Líder do Bloco Minas Melhor.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.089/2018

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cristina o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Cristina o imóvel com área de 244,90 m² (duzentos e quarenta e quatro metros quadrados e noventa centímetros) e respectivas benfeitorias, situado na Rua Coronel Barbosa, no município de Cristina, e registrado sob o nº 5.655, a fls. 65 do livro 3-L, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cristina. Parágrafo único - O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se a funcionar o Departamento Municipal de Assistência Social.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 05 (cinco) anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe estiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de abril de 2018.

Deputado Duarte Bechir, Presidente da Comissão da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (PSD).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 10.640/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja formulado voto de congratulações com René Mendes e autores e autoras pelo lançamento do livro *Dicionário de saúde e segurança do trabalhador*. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 10.641/2018, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao Ministério de Minas e Energia – MME – e à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba – Codevasf – pedido de providências para que sejam instaladas placas fotovoltaicas, visando à geração de energia solar nas margens dos canais do Projeto Jaíba e na Barragem do Projeto Gorutuba, em Janaúba, assim como está sendo feito na transposição do Rio São Francisco no perímetro de Itaparica (entre Bahia e Pernambuco). (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 10.642/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14º e no 58º Batalhões de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/4/2018, em Coronel Fabriciano, que resultou na apreensão de dois menores e de 40kg de maconha e na detenção de uma pessoa. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.643/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 10º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/4/2018, em Montes Claros, que resultou na apreensão de 550 pedras de *crack* e na detenção de uma pessoa. (– À Comissão de Segurança Pública.)

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 3.211/2018, do deputado Roberto Andrade e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Paulo Cesar de Souza Rangel.

Nº 3.212/2018, do deputado Ulysses Gomes, em que requer a alteração de seu nome parlamentar, para exibição no painel eletrônico, para Ulysses Lula Gomes. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.213/2018, do deputado André Quintão, em que requer a alteração de seu nome parlamentar, para exibição no painel eletrônico, para André Lula Quintão. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.214/2018, da deputada Marília Campos, em que requer a alteração de seu nome parlamentar, para exibição no painel eletrônico, para Marília Lula Campos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.215/2018, do deputado Cristiano Silveira, em que requer a alteração de seu nome parlamentar, para exibição no painel eletrônico, para Cristiano Lula Silveira. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.216/2018, do deputado Rogério Correia, em que requer a alteração de seu nome parlamentar, para exibição no painel eletrônico, para Rogério Lula Correia. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.217/2018, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer a alteração de seu nome parlamentar, para exibição no painel eletrônico, para Dr. Jean Lula Freire. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.218/2018, do deputado Paulo Guedes, em que requer a alteração de seu nome parlamentar, para exibição no painel eletrônico, para Paulo Lula Guedes. (– À Mesa da Assembleia.)

Registro de Presença

O presidente – A presidência gostaria de registrar a presença, nas galerias, de alunos do 1º período da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete. Muito obrigado pela presença de todos vocês na Assembleia Legislativa.

Oradores Inscritos

– Os deputados Gustavo Valadares, João Leite e Sargento Rodrigues proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, V. Exa. percebe que só temos apenas cinco deputados em Plenário. Portanto, peço a V. Exa. o encerramento, de plano, da reunião.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 12, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/4/2018

Às 15h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Felipe Attiê, Tadeu Martins Leite e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Felipe Attiê, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. João Teixeira, denunciando que há uma operadora de telecomunicações que vem roubando há anos dos consumidores, e que, Assembleia, Procon, Juizado e Ministério Público não fazem nada. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.333/2015, no 2º turno, é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Tadeu Martins Leite, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno do Projeto de Lei nº 2.906/2015, no 2º turno (relator: deputado Felipe Attiê). Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Felipe Attiê, que conclui pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.962/2015, no 2º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Tadeu Martins Leite. Registram-se as presenças dos deputados João Leite e Celinho do Sinttrocel. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 2, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.276/2017. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.406, 10.437 e 10.438/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.660/2018, dos deputados Felipe Attiê, João Leite e Elismar Prado, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a dívida do Idene com os produtores rurais;

nº 11.662/2018, dos deputados Felipe Attiê, João Leite e Elismar Prado, em que requerem seja realizada audiência pública para discutir o processo de revisão tarifária que tramita na Aneel e o impacto do eventual aumento nas contas da Cemig.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2018.

Felipe Attiê, presidente – João Leite.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/4/2018

Às 9h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e João Leite, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, ouvir o Cel. BM Marcus José Tibúrcio Lima, corregedor do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, e o Capitão BM Luiz Frederico Barreto Pascoal, tendo em vista a instauração de inquérito policial militar em face do 2º Sgt. BM Alexandre Rodrigues, por participar de reunião como cidadão e presidente da Associação dos Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar de Minas Gerais – Ascobom. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Márcio Heli de Andrada, procurador-geral de justiça adjunto jurídico do Ministério Público de Minas

Gerais (15/3/2018); Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (16/3/2018 – 10); Eunício Oliveira, presidente do Senado (29/3/2018); e Bruno Selmi Dei Falci, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (16/3/2018). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.655/2017 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado João Leite, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.535, 10.536, 10.539 e 10.581/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 11.673/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Câmara Municipal de Caeté pedido de providências para que sejam adotadas, de imediato, as medidas necessárias à proteção da vida e da integridade física do vereador Jair Alex Genésio Magalhães e de sua família;

nº 11.675/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o Cb. PM Wellington Souza Dantas, nº 153.917-0, seja transferido do 36º Batalhão de Polícia Militar, com sede em Vespasiano, para a cidade de Montes Claros, onde sua família reside;

nº 11.676/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o Cb. PM Sílvio Nunes Vieira, nº 154.730-6, seja transferido da 3ª Companhia Independente de Policiamento Especializado da Polícia Militar, com sede em Lagoa Santa, para a cidade de Montes Claros, onde sua família reside;

nº 11.677/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o Cb. PM Gilberto Ferreira da Silva, nº 154.241-4, seja transferido do 36º Batalhão de Polícia Militar, com sede em Vespasiano, para a cidade de Januária, onde sua família reside;

nº 11.679/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça em Belo Horizonte pedido de providências para que seja instaurado, de imediato, o devido procedimento investigatório com o objetivo de identificar a autoria dos danos provocados em 6/4/2018 às instalações do Ministério Público, localizadas na Rua Dias Adorno, no Bairro Santo Agostinho, nesta Capital;

nº 11.680/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais – DPF – pedido de providências para que seja instaurado, de imediato, o devido inquérito policial com o objetivo de identificar a autoria do fato ocorrido em 6/4/2018, quando manifestantes jogaram tinta vermelha na fachada de edifício em Belo Horizonte, onde a ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, possui um apartamento;

nº 11.681/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja instaurado, de imediato, o devido inquérito policial com o objetivo de identificar a autoria do fato ocorrido em 6/4/2018, quando manifestantes jogaram tinta vermelha na fachada de edifício localizado na Rua Dias Adorno, no Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte;

nº 11.684/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para ouvir o Ten.-Cel. PM Jabes Andrade Campos, comandante do 46º Batalhão de Polícia Militar, e o 2º-Ten. PM Douglas Ramos de Souza, para prestarem esclarecimentos sobre a instauração de inquérito policial militar, Portaria nº 104.779/2018-IPM/46º BPM, em virtude de suposta participação em reunião político-partidária durante o horário de serviço.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; o

3º Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PM/BM; o Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais – CSCS; e os Srs. Salvim Ferreira Neto, vice-presidente da Associação dos Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar de Minas Gerais – Ascobom; e Leandro Vieira, advogado da Ascobom. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, 11/4/18, às 10 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 3.219/2018

Do deputado Durval Ângelo em que requer a alteração de seu nome parlamentar, para figurar no painel eletrônico, para Durval Lula Ângelo. (– À Mesa da Assembleia.)

COMUNICAÇÕES

Da deputada Arlete Magalhães em que notifica sua desfiliação do Partido Verde – PV – a partir do dia 8/3/2018 e sua filiação ao Partido Social Democrata Cristão – PSDC – a partir do dia 10/3/2018.

Do deputado Elismar Prado em que notifica sua desfiliação do Partido Democrático Trabalhista – PDT – e sua filiação ao Partido Republicano da Ordem Social – Pros – em 21/3/2018.

Do deputado Lafayette de Andrada em que notifica sua filiação ao Partido Republicano Brasileiro – PRB – em 2/4/2018.

Da deputada Rosângela Reis em que notifica sua desfiliação do Partido Republicano da Ordem Social – Pros – a partir do dia 26/3/2018 e sua filiação ao Podemos – Pode – a partir do dia 27/3/2018.

Do deputado Sargento Rodrigues em que notifica sua desfiliação do Partido Democrático Trabalhista – PDT – a partir do dia 9/3/2018 e sua filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB – a partir do dia 28/3/2018.

Do deputado Arnaldo Silva em que notifica sua desfiliação do Partido da República – PR – a partir do dia 5/4/2018 e sua filiação ao Democratas – DEM – a partir do dia 6/4/2018.

Do deputado Neilando Pimenta em que notifica sua desfiliação do Partido Progressista – PP – e sua filiação ao Podemos – Pode – a partir do dia 6/4/2018.

Da representação partidária do PSDC em que notifica a sua adesão ao Bloco Compromisso com Minas Gerais.

Do deputado Agostinho Patrus Filho, líder do Bloco Compromisso com Minas Gerais, em que notifica que o Partido Social Democrata Cristão – PSDC – passa a integrar o referido bloco.

Do deputado Fábio Cherem em que notifica sua desfiliação do Partido Social Democrático – PSD – e sua filiação ao Partido Democrático Trabalhista – PDT – em 4 de abril de 2018.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.831/2017**Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia****Relatório**

De autoria do deputado Noraldino Júnior, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Pedagógica Parsifal, com sede no Município de Juiz de Fora.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Pedagógica Parsifal, com sede no Município de Juiz de Fora, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção do acesso à educação.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a Associação busca, entre outros objetivos, a manutenção de escolas e realização de eventos que promovam a antroposofia e a pedagogia Waldorf.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela entidade, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.831/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2018.

João Vítor Xavier, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 9/4/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Felipe Soares Mota Dias, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gil Pereira;

exonerando Helio Rodrigues de Souza, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

exonerando Reinaldo Lopes de Souza Leite, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

exonerando Rosângela Margareth Monteiro Oliveira, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gil Pereira;

exonerando Tamires Ferraz Veloso, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Valadares;

nomeando Gisele de Fátima Silva Ferreira, padrão VL-13, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Hely Tarquínio;

nomeando Milton Martins, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Patricia Pereira Veloso, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Valadares;

nomeando Ricardo Afonso Veloso, padrão VL-28, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Anselmo José Domingos;

nomeando Rita de Cássia Knupp Pettersen, padrão VL-32, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 17/2018

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 42/2018

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 26/4/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o registro de preços para a execução de serviços de reforma de pisos.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 12 de abril de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 189/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Município de Joáima. Objeto: doação de bens inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, “b”, da Lei federal n.º 8.666, de 1993.



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA*

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/4/2018, na pág.19, onde se lê:

“Mateus de Souza Pinto”, leia-se:

“Matheus Souza Pinto”.

* – Fica sem efeito a errata referente ao nome acima, publicada na edição de 11/4/2018, na pág. 35.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/4/2018

Na publicação da matéria em epígrafe, em 12/4/2018, na pág. 7, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 10.632/2018, onde se lê:

“Mariléia”, leia-se:

“Marliéria”.